



Senado Federal

O Ceará Que Queremos



Senador Eunício Oliveira

BRASÍLIA-DF



SENADO FEDERAL

Senador EUNÍCIO OLIVEIRA

O CEARÁ QUE QUEREMOS
Discursos do Senador Eunício Oliveira

BRASÍLIA – DF

SUMÁRIO

	Pág.
Apresentação.....	5
O Ceará que queremos	9
A importância do municipalismo	13
Dia Internacional da Mulher	19
A luta contra as drogas e o <i>crack</i>	23
A questão do endividamento rural	27
Inclusão social e digital.....	33

APRESENTAÇÃO

Quero pedir sua atenção por não mais de dez minutos. Este é o tempo que você, provavelmente, levará para ler estas poucas páginas. Trata-se de uma coletânea das minhas primeiras palavras como Senador da República, uma espécie de prestação de contas do início de meu mandato como representante do Ceará na Câmara Alta.

Nosso desafio tornou-se ainda maior, com a indicação do meu partido, o PMDB, para presidir a CCJ, a Comissão pela qual passam todos os projetos que chegam ao Senado.

É na Comissão de Constituição e Justiça que estamos debatendo propostas da importância de reformas, como a política e a tributária, e projetos de modernização da Justiça, por exemplo, entre muitas outras. Hoje, não dá para se pensar no fortalecimento do Estado Democrático de Direito sem a utilização de um de seus mecanismos mais essenciais que é a CCJ. Vamos sistematizar proposições que melhorem a legislação sobre segurança pública, sobre saúde, moradia, inclusão digital e por aí vai.

Assistimos, nestes tempos de profundas transformações, a crise da democracia representativa. No mesmo momento, entretanto, perceberemos o surgimento e fortalecimento de alternativas. A globalização das comunicações, a internet, a mídia alternativa, as TV comunitárias, os jornais locais, as rádios comunitárias, enfim, toda uma gama de informação democrática alternativa, que, uma vez organizadas em rede, está transformando o mundo.

A construção de uma sociedade democrática e o funcionamento de processos democráticos dialógicos exigem uma análise extremamente mais complexa da sociedade, das instituições, da cultura, da história e do momento histórico vivido, do que simplesmente a sua redução ao normal funcionamento de um parlamento.

Até a Constituição de 88, não existia nem uma opinião pública, nem uma visão coerente da sociedade civil sobre o real papel do Congresso, e, particularmente, sobre o problema de sua eficiência e transparência de seus atos.

Nos últimos anos, entretanto, o tema tomou conta da agenda nacional. Passou a ser discutido em todos os fóruns. Nos jornais, na televisão, no rádio, nas universidades, nas entidades representativas da sociedade, nas famílias.

E daí surgiu uma posição clara: é preciso aperfeiçoar o Senado, a favor da possibilidade de se cobrar trabalho e dedicação dos servidores e dos senadores, e a favor da eliminação de privilégios e distorções ainda existentes.

Portanto, uma reforma institucional é possível, mas esse processo é o produto coletivo e frequentemente conflitante de muitas mentes, de todo tipo de interesses, e de diferentes competências técnicas e emocionais na formulação e implementação das mudanças.

Na verdade, o Parlamento brasileiro é o mais democrático dos três poderes. O Legislativo é o reflexo fiel da sociedade civil brasileira. Com suas qualidades e seus defeitos. Mas com a qualidade maior de ser transparente, permanentemente aberto à discussão pública e, diante disso, democrático na sua essência.

Preocupa-me a imagem do Senado Federal, desgastada por seguidas crises e carente de um novo modelo de gestão. Por isso, criei uma subcomissão de reforma administrativa, que pretende modernizar e atualizar a Casa. O objetivo é resgatar a credibilidade da instituição, valorizar os servidores, profissionalizar ainda mais seus quadros e melhorar as condições de representar o estado.

Para nós, de uma região sofrida como o Nordeste, é muita honra influir decisivamente no processo legislativo. Vamos debater e apro-

fundar alguns dos principais problemas de nossa região e de nosso estado. É lá na CCJ que podemos aperfeiçoar os marcos regulatórios, entre outras diversas iniciativas.

O Brasil precisa de uma revolução, que é a educação igual para todos. Sem importar a renda, a família ou lugar onde a criança viva. Outra coisa que, a meu ver, tem de ser absolutamente igual para todos é a saúde. Claro que defender a responsabilidade fiscal, impulsionar o crescimento, tornar viável o desenvolvimento sustentável, tudo isso é relevante.

E, para que você perceba que estamos dispostos a melhorar o Ceará e a impulsionar o nosso País, reuni, nesta publicação alguns pronunciamentos sobre os primeiros temas que abordei no Senado Federal. Eles se referem a assuntos do peso de uma reforma política ampla e profunda, à criação de uma nova política de financiamento aos pequenos e médios agricultores, à defesa dos direitos das mulheres, ao combate às drogas e ao *crack* e aos principais projetos de desenvolvimento de nosso estado.

Vamos transformar nosso trabalho no Plenário e nas Comissão do Senado em palcos do entendimento. Vamos aperfeiçoar as normas que regem as eleições, os partidos e a vida do eleitor para que a política volte a ter brilho, para que nossas instituições sejam acreditadas novamente. E a CCJ terá um papel fundamental neste processo. Eu garanto isso a vocês.

Acompanhem as nossas atividades pela TV Senado, pela Rádio Senado e pela imprensa. Estou à disposição de vocês para qualquer dúvida ou sugestão. Meu compromisso é com você e com os quase três milhões de cearenses que acreditaram e confiam em nossas propostas.

Um forte abraço,

Eunício Oliveira



O CEARÁ QUE QUEREMOS

Sessão de 7-2-2011



Uma voz em defesa dos interesses do Ceará

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, muito me honra ocupar esta Tribuna neste dia para realizar um pronunciamento que nos deixa cheio de orgulho.

Representar o Estado do Ceará, depois de uma eleição histórica, que mudou paradigmas e parâmetros da política de nosso estado, é um enorme desafio.

E o desafio é proporcional à nossa vontade de vê-lo superado. Promover o desenvolvimento do estado e a justiça social para o povo cearense é um desafio enorme, mas possível.

A responsabilidade de representar o Ceará nesta Casa me obriga a enfrentar problemas na área social, da saúde, segurança, educação, emprego, habitação e infraestrutura.

Temos a força e o talento do Governador Cid Gomes e a união entre todos os membros de nossa bancada. Agora é a hora de trabalhar ainda mais pelo Ceará.

Indicado pelo nosso partido, o PMDB, para presidir um dos órgãos de maior destaque do Senado, a Comissão de Constituição e Justiça, vamos discutir e votar os principais projetos. Nós temos esse compromisso com a sociedade!

São temas da grandeza de uma ampla reforma política, verdadeira e profunda.

Não é mais concebível burlar a vontade do eleitorado com regras anacrônicas que mergulham a classe política num mar de descrédito.

Como conviver com os resultados da eleição proporcional, onde o povo vota num candidato e quem se elege é outro? Onde toma posse quem tem pouco mais de duas centenas de votos, enquanto outros, que tiveram centenas de milhares, viram suplentes?

É preciso instituir a eleição majoritária-proporcional, onde serão eleitos os que tiverem mais votos. No Ceará, por exemplo, onde há 22 deputados federais, seriam eleitos os 22 candidatos mais votados.

Outro ponto que precisa ser enfrentado é o da fidelidade partidária, com regras firmes e claras do jogo político, onde não haja espaço para interpretações da lei, nem se gere insegurança para os candidatos e para o eleitorado.

Por fim, outro tópico que considero obrigatório é o do financiamento de campanhas. Com as regras atuais, quem tem mais recursos ou acesso ao financiamento privado é que tem mais condições de vencer o pleito.

Com o financiamento público de campanhas, será dada igualdade de condições na disputa e prevalecerá o debate de ideias e propostas e não o poder econômico.

Claro que há várias outras questões a serem enfrentadas, mas considero estes três pontos fundamentais para estabilizarmos as regras do jogo e trazermos de volta a credibilidade às nossas instituições.

Temos, igualmente, pela frente, como desafios colocados, vários temas nacionais:

- A ampliação do poder de compra dos salários e da renda;
- A educação; a formação profissional de nossa juventude;
- O combate à criminalidade e às drogas;
- A melhoria do sistema público de saúde;
- O acesso de todos aos meios de comunicação, como a internet;
- O direito fundamental à moradia;
- A melhoria das condições de trabalho do produtor rural, principalmente os pequenos e médios;
- O aperfeiçoamento e a ampliação dos programas sociais.

Enfim, uma extensa pauta que será decisiva para o desenvolvimento das regiões mais carentes do País, como o Nordeste.

Temos, também, de aprovar uma reforma tributária para que, em um momento de crise ou de dificuldade, o País não tenha que fazê-la de afogadilho.

A questão da desoneração da folha de pagamento, para que as empresas tenham condições de gerar mais emprego e renda, é outro assunto que precisa ser resolvido.

Pretendo, ainda, trabalhar para cumprir os compromissos que assumimos em praça pública, durante a campanha, como uma solução para o problema de distribuição de água no Ceará.

É inadmissível que, em pleno século XXI, ainda existam moradores do semiárido que precisem abastecer suas casas com latas de água nos períodos de seca.

Para isso, defendo a criação de um programa nos moldes do “Luz para Todos”, que está levando energia elétrica a todas as regiões do País.

A emoção de ter assumido uma cadeira no Senado é muito grande. Quero aqui neste espaço agradecer todo o apoio que recebi.

Meu compromisso é com cada cearense que confiou, que acreditou em nosso projeto. Vou trabalhar, cada vez mais, por um Ceará melhor, mais justo e mais desenvolvido.

Muito obrigado.

A IMPORTÂNCIA DO MUNICIPALISMO

Sessão de 17-2-2011



Compromisso com a causa municipalista

Já dizia o poeta Fernando Pessoa que “o Tejo não é mais belo que o rio que corre pela minha aldeia, porque ele não é o rio que corre pela minha aldeia”.

No Ceará, diríamos que o Jaguaribe, ou o Salgado, ou o Cocó –, tão agredido pelo crescimento desordenado – são mais belos que o rio Português, porque são eles que correm em nossas cidades.

Sem dúvida, a questão da qualidade de vida das pessoas é fundamental. E não é possível falar disso, sem debater o espaço onde nascemos, onde moramos, onde vivemos, que são os nossos municípios.

Mesmo no mundo globalizado de hoje, não temos como ver nossas cidades fora de seu contexto. Assim, não há contradição em defendermos nossos manguezais, mas também o Amazonas, ou o rio Nilo – todos importantes para as pessoas que moram ao seu redor.

Vivemos, por isso, Senhoras e Senhores Senadores, a construção de um novo municipalismo – que articula sua cidade com o mundo, que situa o lugar onde vivemos com os compromissos intransigentes dos direitos de nosso povo, em sua demanda por saúde, educação, emprego, cultura e tantas outras reivindicações.

O PMDB empunha esta bandeira em seu estatuto: a de construir uma cidade justa socialmente e ecologicamente sustentável.

A causa municipalista é um compromisso antigo do partido!

E minha também!

É de nossas fileiras um dos maiores líderes deste movimento, o presidente da Confederação Nacional dos Municípios, Paulo Ziulkoski.

Este projeto eu comprei na planta. Durante três mandatos de deputado federal, defendi, com vigor, a bandeira municipalista.

Tanto que tive a honra de ter sido agraciado, pela Câmara Municipal de Fortaleza, com a Medalha do Mérito Municipalista, no ano passado.

Agora, como senador e Presidente da CCJ do Senado, quero resgatar a justa pauta de reivindicações que o movimento pelos municípios tem empunhado.

Hoje, nossas cidades são importantes entes federados – mesmo as pequenas, que correspondem a quase 85% do território nacional.

Dos 5.563 municípios, 5.037 possuem até 50 mil habitantes. E 54% da população brasileira vive em localidades com até 150 mil pessoas.

Temos em nosso estado a Associação dos Municípios e Prefeitos do Estado do Ceará – APRECE – que briosamente representa a Confederação.

Quero aqui parabenizar a presidente da entidade, Eliene Brasileiro, uma batalhadora da causa municipalista.

Começou ontem e vai até amanhã, em Fortaleza, a Primeira Marcha Municipalista do Ceará que está debatendo os desafios da gestão pública inovadora.

Quero aqui saudar os integrantes deste importante movimento!

Nós, em comum, temos defendido maior autonomia política, administrativa e financeira dos municípios e lamentamos que, após séculos de municipalismo, as cidades ainda dependam das decisões da União e do estado.

Embora tenhamos os princípios da autonomia assegurados pela Constituição, os prefeitos continuam pedindo favores à União e ao Estado e sofrendo com as influências do poder central.

Penso ser justo uma maior equidade na distribuição do bolo tributário entre as três esferas da federação.

E uma maior autonomia dos municípios de legislar sobre temas como a merenda escolar, regulamentada apenas por legislação federal.

Nossa pauta é extensa e urgente.

Defendemos a distribuição dos *royalties* do pré-sal para todos os municípios brasileiros, assim como a aprovação do projeto de regulamentação da Emenda nº 29 da Saúde, além de um novo Pacto Federativo.

Nossa luta busca também alcançar mudanças no modelo que centraliza recursos. E conseguir a ampliação dos valores que são distribuídos aos municípios, que continuam enfrentando dificuldades para equilibrar suas contas.

Muitos programas são criados e repassados às prefeituras, fazendo crescer compromissos com a educação e a saúde, por exemplo, sem o devido repasse de recursos federais.

Todo cidadão precisa se conscientizar desta realidade e ingressar na luta que enfrentamos por mudanças!

Há, também, questões urgentes a serem enfrentadas, como a ajuda aos estados atingidos pelas fortes chuvas e pela estiagem.

Temos de dar uma solução definitiva ao problema, fazendo um trabalho permanente de prevenção, coordenado pela Defesa Civil.

Existem, ainda, outros desafios colocados:

- A renegociação de dívidas municipais junto à União;
- A elevação do percentual do Fundo de Participação dos Municípios;
- A municipalização dos recursos do IPVA; e
- A regulamentação do pagamento dos precatórios.

Vamos rediscutir, com grande lucidez, o Pacto Federativo a partir dos efeitos provocados pela crise econômica dos últimos anos.

A pauta de reivindicações abrange diversas áreas, como a Educação, onde se destacam: a necessidade de revisão dos cálculos aplicados no custo/aluno do transporte escolar público, dos repasses do Fundeb e o piso salarial dos professores, ainda não equacionado.

Na Fazenda, continua a luta pela negociação das dívidas municipais com o INSS, que precisam ser equalizadas. Mas é preciso cuidar com eficiência da coisa pública.

O gestor que não fizer o dever de casa – ou fizer malfeito – deve ser responsabilizado por isso.

Uma medida urgente é a Reforma Fiscal, o que deixará mais clara a divisão de competências entre cada Ente da Federação. Tenho defendido esta e outras reformas, que trarão maior justiça ao movimento municipalista.

Estes são compromissos que mantenho à frente da Comissão de Constituição e Justiça do Senado.

É neste fórum que vamos debater e aprovar proposições que reforcem o movimento municipalista!

São estes nossos desafios:

A luta pela construção de cidades mais justas e sustentáveis.

Por um transporte público mais digno.

Por uma moradia com respeito e dignidade.

E pelo acesso à educação.

Estou reapresentando emenda, assim como fiz na Câmara, que isenta o transporte escolar de qualquer imposto, para que não tenhamos de ver cenas como a mostrada por uma TV, em que crianças vão para escola nos chamados “paus de arara”.

Enfim, por uma cidade humanizada, voltada para a cidadania.

Mãos à obra e contem conosco!

Muito obrigado.



DIA INTERNACIONAL DA MULHER

Sessão de 1º-3-2011



Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, já dizia Pablo Neruda:

*Elas sorriem quando
querem gritar.*

*Elas cantam quando
querem chorar.*

*Elas choram quando estão
felizes.*

*E riem quando estão
nervosas.*

*Elas brigam por aquilo
que acreditam.*

*Elas levantam-se para
injustiça.*

*Elas não levam “não”
como resposta quando
acreditam que existe
melhor solução.*

Somente um grande poeta para conseguir resumir, em poucos versos, o espírito das mulheres.

Quero aqui me somar às justas homenagens desta sessão à “Mulher-cidadã Bertha Lutz”.

Ela, mais do que ninguém, se destacou por sua relevante contribuição na defesa dos direitos da mulher em nosso País.

Gostaria de parabenizar as cinco vencedoras do prêmio de 2011: Maria Liége, Chloris Casagrande, Maria José Silva, Maria Ruth Barreto e Carmem Helena Foro.

Na verdade, a mulher não precisa de um dia específico, de uma data pré-estabelecida.

O seu dia são todos os dias, pois estão vivas e são muito atuantes!

As mulheres sempre foram discriminadas, muitas vezes estiveram em segundo lugar na escala de valores.

E tudo isso se deve a um regime patriarcal e ultrapassado que, felizmente, está acabando.

Mas, apesar disso tudo, elas estão cada vez mais conquistando o seu espaço e o seu lugar na sociedade.

A mulher sabe que dispõe de muitas “armas” em seu favor, pois mesmo mostrando “fragilidade”, ela pode ser forte e decidida. E, dessa forma, tirar da sua “sensibilidade” a força de que precisa.

A mulher, com o seu jeitinho, e a sua delicadeza, soube galgar e conquistar o seu espaço.

Apesar de ter seus direitos garantidos pela Constituição, a mulher brasileira sabe que ainda há muito a conquistar.

Só para ter ideia da importância das mulheres, basta saber que elas representam mais da metade da população brasileira.

Até no esporte, as mulheres estão se destacando faz tempo!

Quem não se lembra, em 2003, da medalha de ouro nos Jogos Pan-americanos e também o tetracampeonato sul-americano?

Em 2007, repetiram o ouro no Pan e foram vice-campeãs na Copa do Mundo de Futebol Feminino.

A artilheira Marta, esta genial nordestina, camisa 10 da nossa seleção feminina, é considerada a melhor jogadora do mundo!

Os Jogos Pan-Americanos, no Rio de Janeiro, em 2007, foram uma verdadeira festa de medalhas de ouro femininas: vôlei de praia,

pentatlo, karatê, judô, handebol e diversos tipos de ginástica e atletismo.

Mas, por trás dessas histórias de sucesso e superação, existe uma triste realidade.

Você sabia que 11% das brasileiras com 15 anos ou mais já foram vítimas de espancamento?

Sabia também que o marido ou companheiro é responsável por 56% desses casos de violência?

Esses dados são de uma pesquisa da Fundação Perseu Abramo. O levantamento aponta que uma em cada cinco mulheres foi agredida pelo menos uma vez e mais da metade das vítimas não procura ajuda.

Felizmente, o combate à violência contra a mulher tem apresentado recentes avanços.

Mas precisamos – e vamos – avançar mais.

No Dia Internacional da Mulher, vamos falar um pouco sobre essas medidas, inclusive a Lei Maria da Penha, que criou instrumentos para coibir a violência doméstica contra a mulher.

Vamos transformar este dia numa oportunidade para debatermos o fim do preconceito e outros assuntos que tratam da importância do papel da mulher diante da sociedade, tornando suas vidas mais justas em todo o mundo.

Por isso tudo, viva a mulher, não somente no dia 8 de março, não somente no segundo domingo do mês de maio, no dia das mães, não somente no dia das avós – que é mãe e mulher duas vezes.

Mas sim, viva a mulher, todos os dias, todas as horas, todos os minutos e todos os segundos, porque a “mulher” é sempre “mulher” todo o tempo.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.



A LUTA CONTRA AS DROGAS E O CRACK

Sessão de 2-3-2011



Diálogo e atenção às temáticas nacionais

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, o tema que trago hoje a essa tribuna ronda o cotidiano dos jovens de todas as classes sociais do Brasil: o consumo de drogas de toda espécie, principalmente o *crack*.

O cenário no Brasil, segundo o Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas, aponta que 8,6% dos jovens de nove a 18 anos consomem essa droga.

Nenhuma outra substância ilícita tem semelhante poder de dependência.

Os consumidores são expostos a riscos sociais e a diversas formas de violência.

Além de problemas físicos e psicológicos há os de ordem social e legal.

Ocorrem graves perdas nos vínculos familiares, nos espaços relacionais, nos estudos e no trabalho, bem como a troca de sexo por drogas, podendo chegar à realização de delitos para a aquisição da droga.

O *crack* se impõe hoje como um dos grandes desafios para as políticas públicas nacionais.

A grande preocupação é com o ritmo de expansão da droga.

Levantamento da Confederação Nacional dos Municípios, em dezembro passado, revelou que o *crack* está presente em 98% das 3.950 cidades pesquisadas.

Este é um forte sinal da interiorização de uma droga que até pouco tempo era consumida majoritariamente nas grandes capitais.

No Nordeste, como não havia, até pouco tempo, crime organizado com relação ao tráfico de drogas, o *crack* entrou livremente.

Na década de 1990, foi a vez de a droga chegar ao Ceará. Hoje, o *crack* é um problema generalizado no estado.

A Pajuçara, distrito de Maracanaú, na região metropolitana de Fortaleza, é a que apresenta os prejuízos mais sérios causados pela utilização do entorpecente.

O *crack* se alastrou por todo o Ceará, tornando-se uma verdadeira praga e deixando um rastro de destruição e violência por onde chega.

De acordo com números da Central Única das Favelas, 30 mil jovens de 12 aos 29 anos de idade são dependentes químicos em Fortaleza.

Em todo o estado, esse número chega a 100 mil usuários da chamada “pedra maldita”.

Os principais jornais do Ceará – como o *Diário do Nordeste* e *O Povo* – têm publicado matérias alertando para o avanço do *crack* e informando que o vício matou milhares de jovens nos últimos anos.

Pelas estimativas de especialistas, como o psiquiatra Marcelo Fialho, somente o uso da pedra movimenta um mercado de R\$5 milhões por dia no Ceará. Em Fortaleza, a soma alcança R\$1 milhão diário.

Como combater tamanho problema?

Hoje, a pena para qualquer tipo de tráfico, no Brasil, é de cinco a 15 anos.

Tramitam no Congresso mais de 100 projetos relacionados às drogas, endurecendo penas e fortalecendo ações educativas e de tratamento dos usuários. Um dos projetos estabelece o dobro da pena para o tráfico de *crack*.

Na verdade, a política que surte efeito é o uso de inteligência e ações contra os cartéis. E medidas de prevenção, orientação e assistência para os usuários.

Além disso, políticas ocupacionais ligadas ao esporte e à educação são bem-vindas.

A Presidente Dilma Roussef tem a exata dimensão deste drama e anunciou uma luta sem quartel contra o tráfico e o consumo de *crack*.

É o Plano Nacional de Enfrentamento ao *Crack*, que já está em sua segunda fase.

Estão sendo criados 49 Centros Regionais de Referência em *Crack* e Outras Drogas para capacitar cerca de 15 mil profissionais de saúde nos próximos 12 meses.

No Ceará, o Governador Cid Gomes com a ajuda do Governo Federal, está construindo mais de 120 escolas profissionalizantes para induzir nossos jovens ao mercado de trabalho.

Claro que o apoio da família, o acompanhamento dos pais e a correta ajuda das ONG e de instituições religiosas são igualmente importantes.

Mas, aqui no Congresso, temos de fazer o nosso dever de casa.

Por isso, estou dando entrada em um requerimento para solicitar, nos termos regimentais, que os Projetos de Lei nºs 182 e 183, de 2010, de autoria do nobre colega Magno Malta, sejam encaminhados à CCJ, a fim de nos pronunciarmos sobre o assunto.

Ambos tratam de assegurar o concurso da mídia para o esforço nacional do Estado e da sociedade civil nessa luta de vida ou de morte pelo futuro de nosso País.

Observo, ainda, que tramita também nesta Casa o Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 2007, de autoria do Deputado Pompeo de Mattos, propondo a obrigatoriedade da exibição de filme publicitário, de caráter educativo, sobre as consequências do uso de drogas ilegais e do abuso de drogas ilícitas.

Cada filmete será inserido no início das sessões de todas as salas de cinema brasileiras.

Os custos de produção, distribuição e exibição do material publicitário serão cobertos pelo Fundo Nacional Antidrogas.

Distribuído inicialmente à CCJ e à Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, a proposição foi objeto de requerimento para a sua apreciação também pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, onde se encontra, aguardando designação de relator.

Em segundo lugar, assinei outro requerimento solicitando que a CCJ realize ciclo de audiências públicas sobre o papel informativo e educacional dos meios de comunicação no combate ao narcotráfico e à epidemia das drogas.

Desde já, estou certo de que contarei com a solidariedade e o apoio dos nobres colegas às proposições, pois, repito, o que está em jogo é o futuro de nossa juventude, de nossas famílias, de nosso País.

Muito obrigado.

A QUESTÃO DO ENDIVIDAMENTO RURAL

Sessão de 3-3-2011



Preocupação com o pequeno e médio agricultor

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, o Brasil deverá crescer a taxas mais elevadas nos próximos anos. Vamos continuar com o processo de distribuição de renda e avançar na redução da taxa de juros, que caiu 8% nos últimos oito anos, mas ainda precisa cair mais.

Um dos setores que mais têm sentido os reflexos da crise internacional e da consequente elevação das taxas de juros é o agrícola.

O crédito, antes abundante, oferecido pelas *tradings*, desapareceu e a queda nos preços das *commodities* agrícolas no mercado mundial trouxe à tona a discussão de um novo modelo de financiamento.

Antes mesmo de assumir o Planalto, a Presidente Dilma Rousseff, então Chefe da Casa Civil, dizia que existem dois setores importantes no que se refere à garantia de emprego no Brasil. Um é a construção civil e o outro, certamente, é a agricultura.

A Presidente Dilma tem sido sensível a este drama e por isso voltamos a chamar a atenção para o assunto.

Na Câmara dos Deputados, tivemos a honra de relatar a medida provisória que ajudou a equacionar as dívidas rurais, principalmente as do Nordeste e as do semiárido.

Conseguimos, com isso, amenizar o sofrimento de muitos produtores, mas a MP não resolveu totalmente o problema.

Ainda há diversas imperfeições e injustiças que precisam ser corrigidas.

Mesmo com todas as medidas de incentivo, refinanciamento e até perdão anunciadas nos últimos anos, menos de um quarto deste valor foi atingido.

No Ceará, são pelo menos 300 mil produtores rurais endividados e mais de R\$12 milhões em todos os estados do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo – região do semiárido, segundo cálculos da Associação Nacional de Amparo Jurídico ao Produtor Rural.

Com a nossa luta pelo refinanciamento, conseguimos incluir dívidas de agricultores do Nordeste, que receberam empréstimos de R\$2 mil até R\$250 mil reais.

De fato, muitas das regras do crédito rural são consideradas ilegais e injustas por alguns juristas.

Até uma auditoria nos bancos oficiais que operam com o crédito rural, realizada há alguns anos, pelo Tribunal de Contas da União, encontrou procedimentos contestáveis.

Banco do Brasil, Banco da Amazônia – BASA, e Banco do Nordeste – BNB, tiveram a metodologia de cálculo utilizada nas operações rurais questionadas.

Algumas das irregularidades apontadas pelo TCU foram:

- Utilização de taxa efetiva no lugar de taxa nominal;
- Cobrança de juros de mora superior ao limite legal;
- Cobrança de multa acima de 2%;
- Encargos de inadimplência elevados;
- Cobrança indevida de tarifa contratual;
- Utilização do ano comercial – 360 dias – ao invés de ano civil – 365 dias – na apuração da taxa de juros diária;
- Metodologias matemáticas que anulam o rebate legal concedido nos financiamentos com recursos dos Fundos Constitucionais, entre outros problemas.

Outra ilegalidade comumente encontrada nos contratos rurais é o excesso de garantias nas operações de securitização e PESA, que chegam ao absurdo de mais de 500% do valor do financiamento!

A última medida provisória sobre o tema, aprovada no ano passado aqui no Senado, renegociou apenas 116 mil operações, no valor de um bilhão e trezentos mil reais.

É verdade que houve o perdão a 185 mil operações. E outras 31 mil restantes receberam descontos de até 85%.

Mas tudo isso é insuficiente, ainda, para equacionar de vez o drama, principalmente dos pequenos e médios agricultores do Nordeste.

O risco de inadimplência continua alto, porque os custos financeiros subiram e os preços estão em baixa.

É um cenário que deve desencadear mais uma renegociação da dívida do setor rural. Ou seja, é o velho problema do cachorro correndo atrás do rabo!

O governo tem aperfeiçoado os instrumentos de política agrícola.

Mas muitos não estão funcionando melhor por problemas de natureza macroeconômica, como a taxa de juros, ou por pura burocracia.

A taxa de juros da economia torna pouco atrativa a aplicação em títulos agropecuários e trava os negócios com papéis ligados à agricultura. Estes mecanismos poderiam captar volumes maiores de recursos para o setor.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, a política agrícola precisa ser repensada!

Não se trata apenas de uma questão pontual, mas da elaboração de uma nova política com mecanismos mais adequados à economia globalizada.

O uso de certos instrumentos é deficiente ou, na melhor das hipóteses, tem-se revelado incoerente em relação a necessidades essenciais da agricultura, sobretudo em momentos de instabilidade.

Há questões urgentes a serem enfrentadas, como a infraestrutura e sua logística. E os custos tributários sobre a atividade.

Estudo da Confederação Nacional dos Transportes indica a necessidade de R\$280 bilhões de reais em investimentos para dotar o país de infraestrutura adequada – quase cinco vezes o total previsto no PAC, para todas as áreas.

Mas, sem dúvida alguma, o maior problema continua sendo o crédito rural. O tema parece ter caído na “vala comum” do financiamento bancário.

A qualquer negociação de dívidas, os bancos, mesmos os oficiais, utilizam a nefasta ferramenta da “classificação de risco”.

Isso quer dizer que o produtor, ao renegociar um financiamento, fica impedido de obter novas linhas de crédito para custeio de sua produção, paralisando, assim, sua atividade.

Existem, ainda, entraves de ordem ambiental que têm paralisado obras tão essenciais ao setor agrícola.

Outro problema grave é o tributário. Estudos apontam uma incidência de carga fiscal de 16,45% sobre os alimentos no Brasil, num tratamento muito diferente ao dos outros países.

Nos Estados Unidos, por exemplo, somente 11 estados cobram impostos sobre a venda de alimentos e, entre eles, a alíquota mais alta é de 8,25%.

Entre os países europeus, muitos taxam os produtos alimentares básicos com alíquota zero ou, quando cobram tributos, a carga oscila entre 3% e 7%.

Os gastos com alimentação nas regiões metropolitanas representam 65% da renda das pessoas de classe baixa.

Por isso, reduzir a tributação, direta ou indireta, sobre a produção de alimentos, aumentará a renda disponível destas famílias.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, o produtor agrícola está fragilizado, sobrevive há décadas de safras frustradas que geraram dívidas estratosféricas.

Tanto é verdade que, em muitos casos, financiamentos obtidos após a repactuação das dívidas acabam voltando ao caixa dos bancos na forma de pagamento de prestações em atraso.

Por isso, não é unicamente a liberação de crédito que levará o setor à necessária estabilidade.

É preciso que sejam repactuadas as bases para o acesso a esse crédito e oferecidos mecanismos para que os produtores possam ficar protegidos contra novos prejuízos.

As dificuldades começam na mesa do gerente do banco.

As garantias exigidas pelas instituições financeiras são um dos maiores entraves enfrentados pelos produtores.

As regras de contratação do crédito rural são as mesmas que regem todo o sistema financeiro!

Ignora-se que o setor agrícola tem suas peculiaridades. É fundamental a modernização do sistema de crédito rural.

São medidas necessárias e urgentes:

- A reavaliação do patrimônio em parâmetros mais justos;
- A aceitação de outros bens que não a propriedade como garantia;
- A liberação de parte do bem proporcionalmente ao que já foi quitado para que sejam contraídos novos empréstimos;
- E a aceitação de garantias em 2º e 3º grau, de modo que uma mesma propriedade possa ser instrumento de validação de mais de um empréstimo.

O produtor agrícola precisa se precaver de novos prejuízos para que possa se manter no campo e continuar a trabalhar.

O seguro rural, nos moldes em que se aplica no Brasil, não atende às especificidades do setor, já que se restringe a expectativas de produção baseadas em parâmetros defasados.

Em um país de proporções territoriais gigantescas, como o Brasil, o setor agrícola é estratégico. E estratégica deve ser a política de financiamento, crédito e seguro.

Não modernizar o setor é torná-lo inviável. Inviabilizá-lo é inviabilizar o País.

Muito obrigado.

INCLUSÃO SOCIAL E DIGITAL

Sessão de 18-2-2011



Inclusão digital como forma de promover inclusão social

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, nesta semana, estivemos com o Ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, que fez, na Comissão de Ciência e Tecnologia, diversos anúncios.

O primeiro deles é que o Governo está criando uma Secretaria de Inclusão Digital, que vai funcionar dentro do Ministério.

O Ministro Paulo Bernardo confirmou, com dados recentes, a preocupação que nos leva a fazer, hoje, este pronunciamento.

Segundo ele, apenas 34,7% dos domicílios – e este é um dado de 2009 – têm computador, sendo que somente 27,4% têm acesso à internet.

Ou seja, ainda há um demanda muito grande, pois há domicílios em que existe computador, mas não internet.

Um dado também muito significativo é que, até 2009, mais da metade – 55% – dos brasileiros – nunca tinha acessado a internet.

Paulo Bernardo anunciou que a Anatel e o Ministério das Comunicações estão discutindo com o setor de telecomunicações o Programa Geral de Metas de Universalização.

O Governo, de acordo com o Ministro, pretende reduzir os preços da internet para algo na faixa de R\$35,00. E até para R\$29,00, se houver acordo para tirar o ICMS.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, tive a honra de poder participar do início deste processo no Brasil, como Ministro das Comunicações, atendendo a convite do Presidente Lula.

Criamos e implantamos projetos para a inclusão social e digital, como a ampliação do acesso à internet nos pontos mais isolados e pobres do território brasileiro e a criação do Sistema Nacional de TV Digital.

Para diminuir as desigualdades regionais, desenvolvemos o projeto Giga, que interligou as universidades do Nordeste com as de São Paulo e Rio de Janeiro.

Aliás, foi através de outro projeto do Ceará – o Ginga – que estabelecemos um modelo de televisão digital que nos permite desenvolver tecnologia e não apenas comprar uma pronta de outro país.

Ainda no Ministério, ampliamos os pontos de conexão via satélite através do programa Gesac, que hoje alcança mais de cinco mil comunidades no Ceará, além de outros estados.

O projeto abrange cerca de cinco milhões de pessoas, em escolas e hospitais da rede pública, associações de bairro, creches, sindicatos, prefeituras e localidades remotas.

Implantamos os projetos de telemedicina e telesaúde, que promovem o ensino e o atendimento médico a distância.

Nos dias de hoje, temos outro desafio de igual tamanho pela frente: a implantação do Plano Nacional de Banda Larga, ampliando o acesso à internet em municípios e comunidades que ainda não foram beneficiadas com o programa de inclusão.

Quando ocupamos a presidência da Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara dos Deputados, conseguimos negociar a liberação de recursos orçamentários para a implantação de telecentros e projetos pilotos de cidades digitais como Piraí, no Rio de Janeiro, e Tauá, no Ceará, hoje referências de inclusão digital.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, a inclusão digital é o melhor caminho para realizarmos a inclusão social.

E é isso o que estamos fazendo no Ceará, numa parceria com o Governador Cid Gomes que, no mês que vem, deve inaugurar um Cinturão Digital no estado.

O projeto está praticamente pronto e envolve quase metade do território cearense, com 3.020km de fibra ótica para levar internet em banda larga ao interior do estado.

Entre os trechos mais importantes, destaco a ligação entre os municípios de Fortaleza, Pecém, Canindé, Itapajé, Itapipoca e Sobral.

Há também o trecho entre Fortaleza e Juazeiro do Norte. A partir dessa infraestrutura, 25 pontos estão sendo conectados por meio de ramificações de fibras.

A terceira parte é a “última milha” *wireless* em 56 cidades, com tecnologia WiMAX.

Os investimentos no projeto totalizam R\$65 milhões.

Nosso objetivo é levar a internet em banda larga para prefeituras e órgãos públicos do interior do estado, além de melhorar a infraestrutura de acesso da população e estimular a concorrência no setor. O plano prevê beneficiar 82% da população urbana cearense.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, vou tratar agora de outro assunto.

Esta semana, nós, cearenses, tivemos mais um motivo para comemorar.

Pela terceira vez consecutiva, o Produto Interno Bruto do nosso Estado superou a média nacional, ao crescer 7,9% em 2010.

É o segundo melhor resultado nos últimos dez anos!

Toda a riqueza gerada nos setores da agropecuária, indústria e serviços do Estado chega a quase R\$75 bilhões, registrando um acréscimo nominal de R\$10,2 bilhões em relação a 2009.

No último mês, nosso Estado também foi responsável por ser o maior gerador de empregos formais em todo o Nordeste.

De acordo com o Ministério do Trabalho, foram criadas 5.793 novas vagas.

Avaliamos que a economia do Ceará é uma das que mais crescem no País.

Por este motivo, é preciso consolidar também projetos estruturantes aguardados pelo povo cearense.

É o caso da construção da siderúrgica e da refinaria, ambas no complexo do Pecém, que estão em fase de estudo e terraplanagem e possuem o compromisso do Governo Federal para execução das obras.

Temos certeza que os empreendimentos mudarão ainda mais o perfil industrial do Estado.

Nosso desafio é acelerar esse processo e garantir que os resultados possam chegar para todos de forma mais igualitária.

Muito obrigado.



Senador Eunício Oliveira (PMDB – CE)

Senado Federal
Ala Senador Teotônio Vilela Gab. 7
CEP – 70165-900 – Brasília – DF
Fones: (61) 3303-6245/6246
Fax: (61) 3303-6253
e-mail: eunicio.oliveira@senador.gov.br
www.eunicio.com.br